

Anexo A – DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES GERAIS

DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA

A licitante abaixo identificada, declara por intermédio de seu representante legal infra-assinado:

Nome		
CNPJ		
Endereço		
Telefones/fax	Fixo	Celular
E-mail		
Contatos		
Responsável Técnico		RG
Data/local	Brasília/DF,de.....de.....	
Assinatura		

Que, procedeu vistoria no local, com vista a participar do processo licitatório para a Contratação de uma empresa de engenharia para a instalação de uma nova Central de Gás GLP, não aflorada (enterrada) e serviços acessórios de redes para condução do gás, chaves e controles, para atender o novo restaurante do Bloco "U" da Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF.

Anexo B

Instrumento de Medição de Resultados (IMR)

Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços prestados na execução do serviço, com indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

Durante a vigência do contrato a Contratante adotará o Instrumento de Medição de Resultado – IMR em conformidade com a IN SLTI/MPDG nº 5/2017.

O Instrumento de Medição de Resultado contemplará os indicadores e as respectivas metas a cumprir, que serão acompanhados pela fiscalização do contrato:

Indicador: Qualidade dos serviços prestados para a instalação de uma nova Central de Gás GLP, não aflorada (enterrada) e serviços acessórios de redes para condução do gás, chaves e controles, para atender o novo restaurante do Bloco "U" da Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF.	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a qualidade dos serviços prestados para o cumprimento do objeto do contrato.
Meta a cumprir	100% das obrigações estabelecidas no Termo de Referência
Instrumento de medição	Relatório de acompanhamento de imperfeições
Forma de acompanhamento	Através da Fiscalização que deverá verificar a qualidade dos serviços prestados e registrar as ocorrências em relatório próprio.
Periodicidade	Relatório mensal com registro da qualidade das atividades diárias, semanal, quinzenal, mensal (de acordo com a descrição dos serviços), realizadas no mês em referência.
Mecanismo de cálculo	Verificação e valoração do número de ocorrências registradas pela Fiscalização no relatório de acompanhamento das imperfeições, que deverão ser consolidadas e avaliadas por meio do Relatório de Imperfeições, constante deste Apêndice.
Início de Vigência	Início da execução da obra.

RELATÓRIOS DE IMPERFEIÇÕES (IMR)

MÊS/ANO DA VERIFICAÇÃO: ____ / ____

1 - Falta de uniforme ou incompleto ou rasgado ou sujo, do operário (camisa, calça, capa, cinto e bota/sapato)		
Nº da ocorrência	Data da ocorrência	Descrição sintética da imperfeição
.
.
2 - Falta de Equipamento de Proteção Individual (EPI) para o operário		
Nº da ocorrência	Data da ocorrência	Descrição sintética da imperfeição
.	.	
.	.	
3 - Deficiência de sinalização de segurança no canteiro ou manutenção inadequada/falha/inexistente		
Nº da ocorrência	Data da ocorrência	Descrição sintética da imperfeição

.
.
4 - Deficiência na limpeza diária do local do serviço		
Nº da ocorrência	Data da ocorrência	Descrição sintética da imperfeição
.
.
5 - Entulho/lixo acondicionado de forma inadequada ou transbordando do container/lixreira		
Nº da ocorrência	Data da ocorrência	Descrição sintética da imperfeição
.
.
6 - Ausência do Engenheiro Responsável ou demais membros da Administração, no local do serviço, conforme estipulado no contrato, sem anuência da Fiscalização,		
Nº da ocorrência	Data da ocorrência	Descrição sintética da imperfeição
.
.
7 - Atraso no fornecimento do café da manhã e refeições ou de falta de água potável para os operários		
Nº da ocorrência	Data da ocorrência	Descrição sintética da imperfeição
.
.
8 - Atraso no fornecimento do vale transporte		
Nº da ocorrência	Data da ocorrência	Descrição sintética da imperfeição
.
.
9 - Atraso no pagamento dos salários dos operários		
Nº da ocorrência	Data da ocorrência	Descrição sintética da imperfeição
.
.
10 - Atraso na disponibilização dos materiais/insumos utilizados na execução dos serviços, causando em relação ao cronograma		
Nº da ocorrência	Data da ocorrência	Descrição sintética da imperfeição
.
.
11 - Atraso na disponibilização de equipamentos/ferramental utilizados na execução dos serviços, causando atraso em relação ao cronograma		
Nº da ocorrência	Data da ocorrência	Descrição sintética da imperfeição
.
.
12 – Desorganização do canteiro, sem locais definidos para depósito de materiais, ferramental, etc., ou resto de materiais espalhados pelo canteiro ou na frente de serviços, o que pode resultar em acidentes.		
Nº da ocorrência	Data da ocorrência	Descrição sintética da imperfeição
.
.
13 – Deixar de realizar a manutenção diária na via de acesso ao canteiro		
Nº da ocorrência	Data da ocorrência	Descrição sintética da imperfeição
.
.

14 – Provocar sujeira na via e estacionamento adjacente ao canteiro		
Nº da ocorrência	Data da ocorrência	Descrição sintética da imperfeição
.
.
15 - Não atualizar diariamente o Diário de Obra pelo Engenheiro Residente		
Nº da ocorrência	Data da ocorrência	Descrição sintética da imperfeição
.
.
Nº da ocorrência	Data da ocorrência	Descrição sintética da imperfeição
...
...

Tipo de Imperfeição:	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	TOTAL (FA)
Total de Ocorrências:																

Instruções:

- Preencher cada um dos 15(quinze) itens de avaliação de imperfeições, sequenciando e totalizando as ocorrências no mês de referência e indicando sinteticamente o dia e o fato gerador na tabela existente em cada item.
- Repassar o Total de Ocorrências, por item avaliado, para a TABELA CONSOLIDADORA.
- O somatório dos números corrigidos resulta no Fator de Aceitação (FA)

EFEITOS REMUNERATÓRIOS

Faixa de Ajuste	Fator de Aceitação	Remuneração em relação ao valor da fatura
01	01 a 50	99%
02	51 a 100	98%
03	101 a 150	96%
04	151 a 210	90%
05	211 a 300	85%
06	Superior a 300	80%

Observação: A aplicação das Faixas de Ajuste no pagamento não substitui nem elimina as sanções e penalidades previstas em contrato.

INSTRUÇÕES PARA APLICAÇÃO DA TABELA CONSOLIDADORA

1 - As ocorrências de imperfeições identificadas serão inseridas na tabela acima, de modo a preencher a linha TOTAL DE OCORRÊNCIAS/IMPERFEIÇÕES, que contempla os 15(quinze) tipos de imperfeições definidas para proceder a verificação da prestação dos serviços;

4 - Por final, será somada toda a linha com os números das ocorrências, obtendo-se um número final chamado de FATOR DE ACEITAÇÃO.

5 - O valor do Fator de Aceitação indica a faixa de AJUSTE que irá incidir no pagamento da fatura do mês em referência.

DECLARAÇÃO ANTINEPOTISMO
(Decreto 7.203, de 4 de Junho 2010)

Objeto da contratação: _____ A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____.

DECLARA que não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos Art. 3º do Decreto Nº 7.203, de 4 de junho de 2010 que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal:

Art. 3º No âmbito de cada órgão e de cada entidade, são vedadas as nomeações, contratações ou designações de familiar de Ministro de Estado, familiar da máxima autoridade administrativa correspondente ou, ainda, familiar de ocupante de cargo em comissão ou função de confiança de direção, chefia ou assessoramento, para:

I - Cargo em comissão ou função de confiança;

II - Atendimento a necessidade temporária de excepcional interesse público, salvo quando a contratação tiver sido precedida de regular processo seletivo; e

III - estágio, salvo se a contratação for precedida de processo seletivo que assegure o princípio da isonomia entre os concorrentes.

§ 1º Aplica-se as vedações deste Decreto também quando existirem circunstâncias caracterizadoras de ajuste para burlar as restrições ao nepotismo, especialmente mediante nomeações ou designações recíprocas, envolvendo órgão ou entidade da administração pública federal.

§ 2º As vedações deste artigo estendem-se aos familiares do Presidente e do Vice-Presidente da República e, nesta hipótese, abrangem todo o Poder Executivo Federal.

§ 3º É vedada também a contratação direta, sem licitação, por órgão ou entidade da administração pública federal de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito de cada órgão e de cada entidade. (Grifo nosso)

DECLARA, ainda, estar ciente das SANÇÕES que lhe poderão ser impostas, nos termos da Legislação referente ao tema.

Brasília, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do Representante legal